

A relação de Esparta, Élis e das pólis tessálias com seus periecos e o problema da “pólis Lacedemônia”

Gabriel Cabral Bernardo*

BERNARDO, G. A relação de Esparta, Élis e das pólis tessálias com seus periecos e o problema da “pólis Lacedemônia”. R. Museu Arq. Etn. 38: 71-90, 2022.

Resumo: Pode-se dizer que, desde ao menos a segunda metade do século XIX, a pólis foi a unidade básica de análise da história da Grécia antiga. Entretanto, em muitos casos é evidente que a tentativa de adequar as pólis gregas a cidades-Estado prototípicas do Estado moderno produziu ressonâncias longevas, que até hoje condicionam nossa compreensão das relações sociopolíticas entre vários grupos que compunham as pólis. Portanto, o objetivo desse artigo é demonstrar como as raízes dessa historiografia baseada na pólis condicionaram uma compreensão errônea da relação entre Esparta e as comunidades periecas da Lacônia e Messênia durante o Período Clássico. Isso será feito por meio da comparação dessa relação com aquela mantida por outras pólis com seus respectivos periecos – mais especificamente Élis e as pólis tessálias. Veremos que, ao invés de um Estado unificado e com funcionamentos análogos aos de sua versão moderna, a soma de Esparta e seus vizinhos compunha uma comunidade politicamente muito menos hierárquica e rígida do que se tende a pensar. Isso, por sua vez, nos permite aproximar Esparta de fenômenos análogos contemporâneos a ela, os mesmos que, apesar das respectivas especificidades, ainda apontam para a inexistência de uma pólis-Estado que englobasse cidadãos de uma cidade central e seus periecos.

Palavras-chave: Esparta, Élis, Tessália, Periecos, Pólis

Introdução

Mogens Hansen (2006:1) inicia seu livro de introdução à pólis grega antiga com a seguinte frase:

Foi frequentemente, bem corretamente, dito que a pólis, como uma forma de Estado e sociedade, era a base de toda a civilização grega; e a implicação disso é que se pode compreender a

civilização grega apenas se se compreende a forma sob a qual a sociedade grega vivia, i. e., a pólis¹.

Tal afirmação, ainda que realizada há uma década e meia, é apenas um ponto mais recente de um posicionamento historiográfico que, de acordo com Kostas Vlassopoulos (2007: 45-47, 52-63), remonta pelo menos à *A cidade antiga*, de Fustel de Coulanges (2009 [1864]). Em relação à Grécia antiga, mais especificamente, esse posicionamento toma

* Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo. <gacabe@hotmail.com>

1 Todas as traduções aqui apresentadas são minhas.

a cidade, conceitualizada como uma “cidade-Estado” ou simplesmente como “pólis”, como a unidade básica de análise que contém e, por isso, explica as estruturas sociais, políticas e econômicas das sociedades que nelas viviam. Tal abordagem é solidificada principalmente nas décadas de 1960 e 1970, mas é só na passagem do século XX para o XXI que se consolidam na historiografia as primeiras propostas alternativas, de analisar estratos tanto “acima” quanto “abaixo” da pólis (ver Vlassopoulos 2007: 52-63).

Essas propostas, vale dizer, não negaram a importância da pólis para a compreensão da Antiguidade grega. Na verdade, elas iluminaram sombras que a monumentalização da pólis projetava sobre o olhar historiográfico e, no processo, disponibilizaram novos pontos de vista sobre esse mesmo conceito de pólis. Ainda assim, tal processo, bem como as novas ideias e interpretações possibilitadas por ele, não desconstruiu de imediato fundações erigidas por mais de um século de historiografia.

Dessas fundações do conceito de pólis ou de “cidade-Estado” grega, uma das mais longevas é a fixação de seus contornos nos moldes do Estado-nação. Nesse sentido, a pólis é vista inicialmente e necessariamente como um Estado soberano, sem autoridades superiores a ela – se houvesse alguma, então a comunidade em questão não seria uma pólis e sim uma parte (dependente) de outra pólis, ou mesmo uma “pólis” apenas no sentido urbano de “cidade”, mas não de “Estado” (Vlassopoulos 2007: 60). Tal suposição fez com que contextos políticos que englobassem mais de uma pólis fossem frequentemente forçados sobre moldes e protótipos de Estados modernos, que são, a partir desse momento, projetados na Antiguidade. Um dos contextos que passou por esse processo de “adaptação” foi justamente o de Esparta.

Desde ao menos a segunda metade do século VI², Esparta esteve inserida em um arranjo sociopolítico regional que envolvia várias outras comunidades da

2 Todas as datas antigas aqui mencionadas são a.C.

Lacônia e Messênia (Fig. 1)³. Tal arranjo foi devidamente lapidado e, conseqüentemente, adequado aos contornos do Estado buscado pelos historiadores. Assim, tornou-se costumeiro caracterizar a soma de Esparta (uma pólis no sentido urbano e político) e suas comunidades dependentes, as comumente referidas como “periecas” (pólis apenas no sentido urbano) – como partes de uma pólis (com um sentido apenas político) maior, de um Estado chamado “Lacedemônia”⁴. Sendo assim, há três sentidos diferentes atribuídos ao termo “pólis”, os quais, talvez inconscientemente, encaixam todas as comunidades da Lacônia e Messênia em moldes semelhantes ao de um Estado moderno. Nesse quadro, as comunidades periecas funcionavam como “províncias” de uma “capital” espartana, essa responsável pela gestão e organização do território combinado de Esparta e dos assentamentos periecos – conjunto que compunha, por sua vez, o “Estado” da Lacedemônia. Ainda que esse modelo interpretativo remonte ao começo do século XX⁵, há trabalhos relativamente

3 A Lacônia corresponde aqui ao vale do rio Eurotas e à costa sudeste do Peloponeso, incluindo o Golfo da Lacônia. A Messênia referida aqui é composta pelas terras ao redor do vale do rio Pâmiso até a costa sudoeste do Peloponeso, incluindo o Golfo da Messênia.

4 O topônimo “Lacedemônia” aparece já em Homero (e.g. *Il.* 3.387, 443; *Od.* 4.1-2, 313, 702, 13.439-440, 15.1-2, 17.120-121, 21.13-14), mas sem delimitações geográficas bem definidas – referida apenas como a região onde nascera Helena (*Il.* 3.239, 244) e onde vivia Menelau, rei de Esparta (*Od.* 3.325-326, 13.414), o mesmo que esteve no comando dos lacedemônios que foram a Troia (*Il.* 2.581-590). No século V, “Lacedemônia” parece ter sido adotada pelos espartanos como um sinônimo de “Esparta” (ver Ducat 2008: 189-192), ainda que o étnico “lacedemônios” incluísse também os periecos (ver adiante).

5 E.g. Forster (1903-1904: 180): Gitio seria o porto de um Estado grego, i.e., Esparta; Neumann (1906: 53): Esparta como “capital de todo o país”; Pareti (1920: 200): os periecos, ao serem inseridos na Lacedemônia, renderam o governo do Estado a Esparta; Ehrenberg (1924: 57-62): Estado Lacedemônio; Hampl (1937: 33-35): não havia um Estado espartano separado do Lacedemônio.

recentes que o replicam⁶ – por vezes sem considerar as múltiplas camadas historiográficas sobre a definição dos contornos políticos da pólis.

Dessa forma, esse artigo pretende demonstrar que essa descrição, do conjunto “Esparta + cidades periecas” como um Estado coeso e bem estruturado, é bastante problemática. Isso nos leva, consequentemente, a questionar a própria existência de uma “pólis dos lacedemônios”. Espera-se demonstrar que as fontes descrevem, na verdade, um arranjo político muito menos rígido, no qual as comunidades periecas possuíam uma autonomia considerável em relação à autoridade espartana. Como veremos, essa não era uma relação idiossincrática da Lacônia, mas uma constante observável em outros contextos do mesmo período, nos quais outras pólis gregas mantinham comunidades periecas próprias, mais especificamente Élis e as pólis da Tessália. Em segundo lugar, pretende-se demonstrar como níveis superiores às pólis (cidades-Estado) podem ser incluídos em seu estudo sem a necessidade de encaixá-las todas em um modelo estatal homogeneizador, em um protótipo em menor escala do Estado moderno. Em oposição a isso, é mais vantajoso identificar os vários tipos e estruturas de interdependência sociopolítica em ação.

Com esses objetivos em mente, a primeira seção descreverá brevemente como se dava a relação entre Esparta e seus periecos no Período Clássico grego, de modo a construir uma base mais clara para a segunda seção, na qual se discutem posicionamentos mais recentes sobre como essa relação deve ser classificada. Nas seções seguintes, o contexto lacedemônio será comparado com aqueles existentes na Élide e na Tessália. As diferenças e semelhanças observadas entre esses contextos colocarão em evidência a inexistência de uma pólis-Estado

bem definida, mas também que a diversidade das pólis-cidade-Estado influenciava o modo como a relação entre centro e periecos acontecia. Sendo assim, começemos por Esparta.

A pólis dos lacedemônios como o “Estado” espartano

Todas as narrativas que descrevem as expansões arcaicas de Esparta são muito posteriores à época em que estas teriam ocorrido, provavelmente entre os séculos VIII e VI. Dessa forma, é muito difícil avaliar o quão precisas são tais narrativas. Há menções pontuais à história mais antiga de Esparta em autores do Período Clássico, como Éforo (FGrH 70 F 117) e Isócrates (12.177-181), mas essas são geralmente preteridas às descrições mais “precisas” e mais “plausíveis” de Pausânias (3.2-7), do século II d.C.⁷ – que sequencia eventos importantes junto com os reinados das casas reais espartanas. Uma vez que Pausânias não menciona suas fontes (algo relativamente comum na prática historiográfica antiga), é difícil dizer o quanto de sua narrativa é baseada em tradições locais – ou mesmo de quando datam essas tradições (ver Kennell 2010: 31-33). Isso não impediu os historiadores de chegar a um consenso mínimo sobre a sequência dos eventos que marcaram as primeiras expansões espartanas. Acredita-se que, em um primeiro momento, Esparta tenha avançado pelo vale do rio Eurotas, na Lacônia, em direção à fértil planície de Élos, ao sul. O próximo momento de expansão provavelmente começou ao final do século VIII, dessa vez em direção às planícies irrigadas pelo rio Pâmiso, na vizinha Messênia. Os habitantes tanto da planície de Élos quanto do vale de Pâmiso foram escravizados, mas mantidos em suas terras, com o objetivo único de que as cultivassem para seus novos proprietários espartanos – ou seja, foram transformados em hilotas. O mesmo tipo de submissão não parece ter sido praticado na maior parte

6 E.g. Hall (2000: 79) e Shipley (2006: 53, 57). Cf. Ribeiro (2017: 268), Hawkins (2011: n. 8), Assumpção (2014: 108): “Lacedemônia” não era um Estado e sim um conjunto de territórios unidos pela identidade compartilhada por seus habitantes – ainda que Esparta seja caracterizada como o centro político do conjunto; Christesen (2018: 7, 2021: 1, n. 7) e Ribeiro (2019: 117).

7 E.g. Huxley (1962: 19, 21-25), Forrest (1968: 31-34), Koiv (2003: 69-72); Lévy (2003: 16-22).

Tal modelo interpretativo foi motivado, creio eu, pelo já mencionado uso da pólis como unidade de análise básica da história grega. Entretanto, vale notar que esse motivo não atuou sozinho no caso de Esparta. As fontes do Período Clássico grego falam, de fato, sobre uma “pólis dos lacedemônios”, e os periecos são frequentemente referidos como “lacedemônios”¹¹. Assim, foi fácil para os acadêmicos identificar nessa “pólis dos lacedemônios” os contornos de um Estado que englobava tanto Esparta quanto seus periecos. Temos, portanto, um modelo segundo o qual Esparta (uma pólis, mas no sentido de “cidade-Estado”) servia como capital da pólis lacedemônia (no sentido de Estado mais amplo), essa que incluía várias outras cidades de status rebaixado – algumas dessas também descritas como pólis pelas fontes (ver Shipley 2004: 578-595), mas lidas pelos acadêmicos como pólis apenas no sentido urbano (i.e., sem soberania política)¹². Ou seja, nesse raciocínio há pelo menos três sentidos diferentes de pólis que precisaram ser articulados para dar sentido à relação entre Esparta e seus periecos – e o mais amplo deles, o da “pólis dos Lacedemônios”, seria algo idiossincrático desse contexto. Os outros dois sentidos atribuídos ao conceito de pólis – “cidade-Estado” e “cidade” – foram analisados com mais profundidade pelo Copenhagen Polis Centre a partir da década de 1990, mas a leitura estatal da “pólis dos lacedemônios” perdurou até o começo do século XXI (ver nota 6 *supra*).

Jean Ducat (2010: 194, 199), tomando contextualmente as referências à “pólis dos lacedemônios”, nota que a maioria esmagadora das passagens não se refere a um Estado lacedemônio, mas sim a Esparta e suas instituições políticas. Creio que a única análise historiográfica dessa questão, do uso confuso do topônimo

11 “Pólis dos lacedemônios”: ver a lista de citações em Ducat (2010: 193-194). Periecos referidos como lacedemônios: e.g. Hdt. (7.234.2), Thuc. (4.8.1), Xen. (*Hell.* 6.4.15).

12 E.g. Neumann (1906: 51-53), Niese (1906: 101 n. 2, 103 n. 3, 111, 112), Hampl (1937: 33-35, 48-49), Gschnitzer (1958: 62-63), Shipley (1997: 211-212) e Wallner (2008: 196, 200 n. 638, 218).

(que, apesar de se referir a Esparta, também podia classificar os periecos), seja a de Jonathan Hall (2000: 89). Segundo o autor, os espartanos teriam adotado o topônimo “Lacedemônia” como sinônimo de Esparta, com o objetivo de colocar sua própria pólis como a herdeira do antigo reino da Lacedemônia, a mesma governada no passado mítico grego por Menelau (ver nota 4 *supra*). Em outras palavras, os espartanos teriam elegido a si mesmos como os representantes por excelência da região então conhecida como “Lacedemônia” e, conseqüentemente, de seus habitantes¹³.

Sabemos, portanto, que não existia uma pólis (Estado) chamada Lacedemônia. Mas, se os periecos não eram ligados a Esparta pelas estruturas políticas de uma pólis abrangente, o que baseava essa conexão? Como veremos em seguida, e como Ducat (2010: 201-203, 2018: 612) sugere, a relação entre espartanos e periecos era muito menos rígida do que se costuma pensar. Veremos como três elementos (um político, um econômico e um cultural) dão conta de esboçar essa relação, os mesmos que poderão então ser comparados com os que caracterizam a relação que Élis e as pólis tessálias se relacionavam com seus respectivos periecos.

Lacedemônios: periecos e espartanos

Quanto à relação política de Esparta com seus periecos, talvez o único elemento do qual se tem certeza é que esses últimos quase não mantinham políticas externas próprias. Temos conhecimento de alguns acordos de *proxenia* entre periecos e outras cidades gregas, mas,

13 Há a suposição de que a identidade de “lacedemônios” tenha sido dada aos/forçada sobre os periecos por conta de sua “conquista” por parte de Esparta (e.g. Oliva 1971: 55-62; Gallego 2005: 34). Havia, como veremos, ocasiões em que essa identidade provavelmente era ativamente fomentada entre os periecos pelos espartanos (cf. Hodkinson 2009: 424-425; Salapata 2014: 232; Ribeiro 2019), mas a ideia de uma imposição “de cima para baixo” pressupõe os periecos como uma massa passiva, facilmente manipulada por qualquer política espartana – i.e., uma periferia completamente suscetível a seu centro. A ideia de Hall, de uma capitalização pelos espartanos de uma identidade já existente (que não era necessariamente a única entre os periecos, talvez apenas a que melhor se adequasse aos interesses espartanos), faz mais sentido.

aparentemente, eram os espartanos os únicos responsáveis pela votação de declarações de guerra e pelas negociações de alianças¹⁴. Fora isso, sabemos de um único caso (descrito como relativamente costumeiro) em que magistrados espartanos pedem a prisão de periecos (Xen. *Hell.* 3.3.8-9), o que mostra que Esparta podia de fato intervir em assuntos internos de comunidades periecas (ver Ducat 2018: 607-608). Contudo, acredito que seja necessário cuidado ao presumir que essas intervenções fossem frequentes ou que assumissem tonalidades tirânicas (cf. Isoc. 12.181). Na verdade, é mais seguro entender que tais intervenções pareciam se limitar a casos que envolviam esparciatas ou, mais amplamente, interesses espartanos. É com esse objetivo que parece ter operado o único cargo oficial conhecido que se dedicava justamente à atuação em assuntos internos de uma comunidade perieca: o *kytherodikes*, descrito por Tucídides (4.53.2) como um magistrado enviado anualmente à ilha de Citera junto com uma guarnição. Entretanto, é problemático supor que esse magistrado estivesse relacionado a uma imposição militar da vontade espartana sobre a ilha. Em primeiro lugar, porque o próprio nome do posto (“juiz de Citera”) indica que sua função seria mais judiciária do que militar (MacDowell 1986: 30). Ducat (2018: 606-607) sugere que essa função era voltada principalmente à política local, mantendo uma boa disposição em relação aos interesses espartanos. Essa é uma possibilidade, obviamente, mas não há fontes que atestem isso. Em segundo lugar, a guarnição enviada para lá não parecia cumprir a função de policiamento político, mas sim de proteção ou, ao menos, de vigilância. Já em Heródoto (7.235), Citera é descrita como uma ótima base de ataque à costa da Lacônia, o mesmo comentado por Tucídides (4.53.2-3) em sua menção do *kytherodikes*. Ou seja, o “juiz de Citera” e a guarnição que o acompanhava são mecanismos pontuais, empregados em um

território perieco de importância atípica para Esparta – de modo que não devemos supor que isso ocorria em todos os assentamentos periecos¹⁵.

No que diz respeito às relações econômicas entre periecos e espartanos, já se conjecturou que os periecos pagavam tributos a Esparta, mas isso é devido mais à suposição de uma expressão material da relação hierárquica interna à “pólis dos lacedemônios” do a referências antigas. Há de fato um fragmento de Éforo (FGrH 70 F 117) no qual se diz que Ágis, um dos primeiros reis de Esparta, privou os periecos de direitos e lhes ordenou que pagassem tributos a Esparta. Essa narrativa já foi aceita como prova de que havia uma extração de tributos dos periecos por parte dos espartanos (e.g. Neumann 1906: 56), mas há algumas questões nessa passagem que apontam para outra direção. A primeira delas é que essa tradição não é repetida em nenhuma outra fonte, de modo que é impossível avaliar se ela era realmente corrente na Lacônia ou se foi uma invenção de Éforo para explicar a estrutura sociopolítica da região. O fragmento em si parece indicar a segunda opção, mas o mais interessante (e em segundo lugar) é que essa explicação parece ter sido construída para deixar mais ininteligível ao leitor a natureza do status dos hilotas – que, por terem se recusado a aceitar os novos termos, acabaram escravizados. Sendo assim, acredito que o foco da passagem não está na descrição de como era a relação de espartanos e periecos na época de Éforo, mas sim prover um relato da origem dos hilotas e de sua condição de escravizados (ver Ducat 2018: 604).

Ainda assim, outra referência antiga alimentou a conjectura de que os periecos

14 Tratados de *proxenia*: SEG (12.219, 13.239), IG (XII.5 542.20-23). Sobre os processos de votação de declaração de guerra, ver Richer (1998: 334-336).

15 Ver Larsen (1937: 820-821). Há uma teoria defendida por alguns autores (e.g. Cavaignac 1948: 34-35; Chrimes 1949: 288 n. 6; Gallego 2005: 53-55) de que havia harmostas espartanos (comandantes militares geralmente usados para manter uma disposição política local amigável a Esparta) em várias comunidades periecas. Essa teoria se baseia principalmente em um escólio em Píndaro (Ol. 6.154) e em uma inscrição de um voto encontrado em Citera, dedicado aos Tindáridas por um harmosta chamado Menandro (IG V.1 937). Entretanto, o escólio não parece se referir a harmostas estacionados na Lacônia ou Messênia, e a inscrição provavelmente é posterior ao controle espartano de Citera (ver Guintrand 2016: 606, 2017: 54-56; Ducat 2018: 606-607).

pagavam tributos a Esparta: a menção, no tratado pseudo-platônico *Alcibiades* I (123a), de um “tributo real” pago por “lacedemônios”. Já se supôs que esse tributo era aplicado tanto a periecos quanto a espartanos (Kahrstedt 1922: 15), mas não há qualquer referência em nenhuma outra fonte sobre espartanos ou periecos pagando tributos, sequer especificamente aos reis. O que se sabe, graças a Xenofonte (*Lac.* 15.3), é que Licurgo, o lendário legislador espartano, teria atribuído a cada rei espartano “terra selecionada em muitas das pólis periecas, suficiente para ele não ficar nem aquém da moderação nem se sobressair pela riqueza”. Creio ser plausível a interpretação de Niese (1906: 105), de que o “tributo real” era, na verdade, as rendas pagas pelos periecos (lacedemônios) que cultivavam as terras reais situadas no território de suas comunidades (cf. Link 1994: 10). Nesse sentido, é possível dizer que não há indícios antigos sobre tributos cobrados especificamente de periecos – como uma capital cobraria de suas províncias¹⁶. Entretanto, vale a pena notar mais dois pontos sobre as “terras reais”. Em primeiro lugar, Xenofonte afirma na passagem anteriormente citada que elas ficavam em “muitas”, e não em “todas” as comunidades periecas. Dessa forma, elas não devem ser entendidas como um mecanismo de dominação de Esparta – nesse caso, todas as comunidades periecas estariam submetidas à cessão de terras e, portanto, aos arrendamentos delas cobrados. Em segundo lugar, se estivermos corretos sobre o “tributo real” corresponder ao arrendamento pago pelos periecos que cultivavam as terras reais, então o “tributo real” era, na verdade, o conjunto de pagamentos dados aos reis na posição de *proprietários de terras*, não tributos devidos a Esparta por algum tipo de *submissão política*.

No que se refere ao aspecto “cultural” da relação entre espartanos e periecos, é necessário destacar aqui algo que já foi mencionado antes, mas que não aparece – não que eu saiba,

pelo menos – em nenhuma outra sociedade grega. Refiro-me ao uso, por espartanos e periecos, do étnico “lacedemônios”. Há, de fato, indícios não só de que os periecos eram identificados por gentílicos associados às suas vilas e regiões específicas¹⁷, mas também que suas comunidades mantinham discursos próprios sobre suas origens étnicas, que podiam variar tanto no espaço quanto no tempo. Os habitantes da região perieca da Cinúria, por exemplo, são descritos, em momentos diferentes da Antiguidade, como jônios autóctones (Hdt. 8.73.3), lacedemônios (Thuc. 5.41.2) e originalmente argivos (Paus. 3.2.2). Ainda assim, apesar da liberdade em constituir coletivos que não dependiam de qualquer ligação com uma identidade lacedemônia, isso não impedia que periecos se apresentassem como lacedemônios. Uma amostra disso é uma dedicação em Delfos (SEG 23.324a), datada de c. 400 e realizada pelos habitantes de uma vila perieca chamada Tiro, situada na Cinúria. Ali os dedicadores caracterizam Tiro como uma “vila dos lacedemônios”. Ou seja, um dos assentamentos periecos mais distantes de Esparta, ao dedicar um monumento em um santuário pan-helênico, se enuncia como parte da comunidade dos lacedemônios. Esse fato pode ser interpretado de diversas maneiras, mas acredito uma das mais plausíveis seja a de que havia uma cultura compartilhada entre espartanos e periecos, uma que estruturou uma sensação de pertencimento a um mesmo coletivo (cf. Hodkinson 2015: 19) – e que não anulava ou sufocava identidades locais.

A existência dessa cultura compartilhada pode ser atestada por diversos meios. Além de elementos mais gerais, como o fato de periecos e espartanos serem indistinguíveis na cultura material preservada arqueologicamente¹⁸, é possível mencionar, por exemplo, a religião. Já é consenso na bibliografia que as divindades cultuadas pelos periecos são,

16 Cf. Larsen (1937: 821) – *contra* Cartledge (1987: 16, 177, 2012: 1108; sem citar fontes), Christien (1989: 41). Ver também Shipley (1992: 223), para outros meios pelos quais os espartanos podiam explorar os periecos.

17 E.g. Thuc. (5.67.1), Xen. (*Hell.* 5.3.4) e IG (XII.5 542.20-23).

18 Luraghi (2002: 66-67, 2008: 142-143, 206), Kennell (2010: 91), Salapata (2014: 226) e Hodkinson (2015: 18).

em grande medida, as mesmas valorizadas pelos espartanos¹⁹. Inclusive, podemos observar a manutenção dessa proximidade mesmo na Messênia posterior à sua libertação do jugo espartano em 369 (Luraghi 2008: 230-239) – demonstrando, portanto, que isso não era sustentado (ao menos não unicamente) por meio de imposições espartanas. O caso da Estela de Damonon (IG V.1 213), datada do final do século V, é bastante simbólico nesse quesito. Encontrada na acrópole de Esparta, veem-se inscritas ali vitórias atléticas e equestres do espartano Damonon e de seu filho, Enimacrátidas em pelo menos oito festivais em santuários periecos diferentes, localizados tanto na Lacônia quanto na Messênia. Essas vitórias demonstram que em muitas ocasiões espartanos e periecos interagiam em contextos religiosos e, portanto, reafirmavam seu pertencimento a um mesmo coletivo (cf. Shipley 2006: 69).

Outras práticas também podem ter contribuído para, na longa duração, produzir uma sensação (ou mesmo uma memória) mais bem definida de um coletivo lacedemônio. É possível mencionar, por exemplo, as campanhas anuais que espartanos e periecos realizavam em um mesmo exército e sob o comando de um mesmo rei, que com o tempo possivelmente aproximaram os dois coletivos (Pavlidis 2020: 158). Por fim, é bastante claro que pelo menos parte dos periecos parece ter adotado um comportamento parecido com o dos espartanos. Uma evidência disso são as estelas funerárias caracteristicamente espartas, um dos poucos tipos de comemoração funerária permitidos em Esparta – e reservado apenas aos que morriam em batalha. Esse tipo de estela, inscrita apenas com o nome do falecido seguido de “na guerra”, é representado atualmente por 25 exemplares (datados do século V ao I), dos quais dezessete tem sua proveniência conhecida. O interessante, todavia, é que dez deles provêm de territórios periecos²⁰.

Há, portanto, diversos pontos que nos permitem dizer que, culturalmente,

espartanos e periecos eram bastante próximos – nunca, contudo, ao ponto de apagar qualquer traço cultural local dos vários periecos da Lacônia e Messênia (cf. Shipley 1997: 221-222). Já foi sugerido que essa proximidade era resultado de um programa espartano que, conscientemente, forçava sobre os periecos um determinado tipo de comportamento – necessário para a consolidação não só da (pólis-Estado) “Lacedemônia”, mas também de seu poder sobre ela²¹. Entretanto, como espero ter demonstrado, a ideia por trás dessa “Lacedemônia” (a existência de um Estado coeso centrado e regido por ações planejadas de uma “capital” espartana) não se mostra nas fontes disponíveis. Não há indícios de que Esparta intervia com frequência nos assuntos internos da grande maioria de comunidades periecas, ou mesmo que estas eram, de alguma forma, economicamente exploradas por Esparta. Nesse quadro, creio ser possível concordar com Jean Ducat (2018: 611-612) na afirmação de que se a “pólis dos lacedemônios”, criada pela historiografia do século XX, realmente existiu, ela estava muito mais próxima de ser uma comunidade cultural do que uma política.

Antes de encerrar a discussão, é necessário reafirmar que Esparta mantinha, de fato, uma posição hierarquicamente superior sobre as comunidades periecas, uma que lhe permitia usar essa comunidade cultural em seu favor, principalmente no campo militar (ver Villafane 2018). Entretanto, o ponto a ser destacado aqui é que os mecanismos usados para que isso acontecesse não eram o de um Estado coeso, com estruturas bem-definidas. O detalhamento desses mecanismos extrapolaria os limites e os objetivos desse artigo. Sendo assim, limito-me aqui a dizer que esse arranjo lacedemônio, ainda que possa parecer bastante estranho, tinha expressões semelhantes em outros contextos gregos. Esse seria o caso de Élis, por exemplo.

19 Parker (1989: 145, n. 15) e Ribeiro (2019: 124-138).

20 Low (2006: 87-90). Ver Sekunda (2009).

21 E.g. Gallego (2005: 33, 56, 57), Richer (2012: 54) e Assumpção (2015: 89-90, 91, 95-96).

Élida: periecos e eleios (e aliados?)

A pólis de Élis, famosa pelo controle do santuário pan-helênico de Olímpia, também manteve alguma centralidade política sobre boa parte do Peloponeso ocidental entre pelo menos o final século VI e o final do século V. Entretanto, são poucas as fontes disponíveis para dizer quais eram as bases exatas dessa centralidade. É relativamente seguro que as comunidades das regiões mais férteis da Élida, os vales dos rios Peneu e Alfeu, se basearam em uma identidade étnica eleia comum para concluir um processo de sincicismo em c. 471, formando então a pólis de Élis²². É mais difícil, entretanto, classificar os demais habitantes da Élida – i.e., aqueles que viviam na Acroreia, a região de colinas entre as planícies dos rios Peneu e Alfeu, mas também nas fronteiras com a Messênia ao sul (posteriormente conhecida como Trifília), com Arcádia a leste e com a Acaia ao norte (ver Fig. 2)²³. Xenofonte (*Hell.* 3.2.23) fornece uma possibilidade de classificação ao se referir ao começo da Guerra Eleia, travada entre Esparta e Élis nos últimos anos do século V. Segundo o autor, os espartanos fazem um ultimado a Élis, dizendo que, “na opinião das autoridades dos lacedemônios seria justo deixar independentes as suas [i.e. de Élis] pólis periecas”²⁴. Não há outras passagens que classifiquem com precisão quais cidades se encaixavam nessa categoria – principalmente porque não há indícios de que os próprios eleios usassem o termo “perieco”²⁵. Assim, a bibliografia tende a resolver essa questão

22 Sobre o sincicismo de Élis, ver Roy (2002) e Bourke (2018: 18, 29-30, 92-102).

23 Há muitas cidades e vilas mencionadas nas fontes cuja localização ainda não foi possível determinar. Assim, a Fig. 2 não representa todas as possíveis comunidades periecas da Élida.

24 Cf. Diod. (14.17.5) e Paus. (3.8.3).

25 Siewert (1987-1988: 7-8) e Roy (1997: 282-283). Tucídides (2.25.3) fala de uma *perioikís* na região do porto de Feia, mas aparentemente em um sentido geográfico (“vizinhança”), e não político.

baseando-se em outras passagens, essas que podem estar indiretamente se referindo aos periecos de Élis – as mesmas que mencionam também “aliados”, o que comporia uma possível terceira categoria de comunidades que orbitavam politicamente Élis²⁶.



Fig. 2. Cidades eleias e suas possíveis cidades periecas. Fonte: elaborada pelo autor.

Não é o objetivo aqui propor uma resposta mais precisa à questão de qual comunidade era aliada ou perieca de Élis (ou mesmo se essas duas categorias eram essencialmente diferentes)²⁷. Dessa forma, basta-nos destacar quais elementos aparentemente caracterizaram as relações mantidas entre Élis e as comunidades identificadas pelos antigos como suas periecas. Retomando o esquema proposto anteriormente, o primeiro elemento a ser comentado é a relação política entre eleios e periecos. Não há muitas fontes sobre os pormenores dessa relação, mas o supracitado ultimato espartano dado a Élis é, por si só,

26 E.g. Minon (2007: no. 5.4-5, 6 “eleios e os aliados”, no. 10) e Thuc. (5.47.1). Sobre periecos e aliados, ver Siewert (1994), Nielsen (1997: 140-141), Roy (1997: 283-284, 292, 298-299, 302-303), Ruggeri (2004: 15) e Bourke (2018: 109-111, 160-163).

27 Ver principalmente Siewert (1994) e Roy (1997).

bastante revelador. Em primeiro lugar, o fato de os lacedemônios terem pressionado os eleios para que esses deixassem suas “pólis periecas independentes” deixa implícita uma relação de dependência política. O mais interessante, entretanto, não é que essa dependência seja confirmada pela recusa eleia em dar cabo de tais termos, mas sim a justificativa dada pelos eleios para tal recusa. Nas palavras de Xenofonte (*Hell.* 3.2.23), “Dada a resposta dos eleios de que eles não fariam isso, pois detinham as pólis como butim (*epiledias*), os éforos [espartanos] convocaram o exército”. Ou seja, o direito de manutenção da supremacia eleia sobre seus periecos (fossem eles chamados assim ou não) é defendido com base na conquista militar (cf. Gschnitzer 1958: 12) – algo que, na Lacônia e na Messênia, servia como justificativa exclusiva para a submissão dos hilotas²⁸. Há, de fato, casos específicos na Élida que fogem a essa regra, como o de Lêpreon – que se comprometera, em algum momento anterior a 421, a pagar anualmente um talento ao santuário de Zeus em Olímpia em troca do auxílio eleio em uma guerra contra os arcádios (Thuc. 5.31.2) – e o de Epion – cujo território parece ter sido comprado pelos eleios (Xen. *Hell.* 3.2.31). Entretanto, o máximo que isso pode nos dizer é que nem todas as comunidades ligadas a Élis o eram da mesma forma ou pelos mesmos motivos (cf. Parker 2009: 195), mas que a dependência de ao menos uma parte considerável delas era justificada pela vitória militar.

De qualquer forma, há poucos indícios de como Élis teria explorado a dependência política de seus periecos. Estrabão (8.3.30) é o único que afirma que os eleios cobravam tributos das comunidades periecas que

tentaram se tornar independentes. Entretanto, essa medida é colocada como produto da revolta dos habitantes de Pisátis (região de Olímpia, correspondendo, *grosso modo*, à parte eleia do vale do rio Alfeu), que teria sido sufocada por Élis com a ajuda de Esparta – consolidando finalmente seu controle sobre o santuário de Zeus. Atualmente, há dúvidas sobre o real acontecimento dessa revolta. As únicas notícias sobre ela são tardias, sendo possível que elas sejam produto da formação da pólis independente de Pisa em c. 364, durante a guerra entre Élis e a Confederação Arcádia. O argumento cético, inicialmente elaborado por Benedikt Niese (1910), sugere que Pisa foi fundada para substituir Élis no controle de Olímpia e que, com esse objetivo, recebeu uma tradição inventada de um passado revoltoso, no qual já questionava a autoridade eleia sobre o santuário de Zeus²⁹. De qualquer forma, ainda que aceitemos integralmente a informação de Estrabão, isso ainda não garante que Élis impôs tributos a todas as suas comunidades dependentes – as que não se uniram à revolta, por exemplo, estariam isentas desse tributo.

Um caso mais concreto de um possível tributo cobrado por Élis a uma pólis dependente é o já mencionado contrato eleio com Lêpreon. Entretanto, a relação entre Élis e Lêpreon e o significado desse contrato são bastante confusos. Há quem dê proeminência à notícia de Heródoto (4.148.4) sobre os ataques de Élis às cidades mínias ao sul do rio Alfeu, que teriam acontecido “em sua época” (ver nota 28 *supra*). Lêpreon é mencionada entre essas cidades, mas, ainda que signifique uma conquista militar (de modo que Lêpreon seria um dos “butins” dos eleios), isso colide com as circunstâncias do acordo do “tributo”. Se Lêpreon já fosse dependente de Élis, então não seria necessário pedir sua ajuda contra os arcádios. Tudo fica ainda mais confuso pelo fato de que o “tributo” é mencionado justamente em um contexto no qual os lepreatas se recusam

28 Heródoto (4.148.4) fala que em seu tempo ocorreram campanhas eleias contra a maioria das “pólis mínias” ao sul do Alfeu, mais especificamente contra Lêpreon, Macisto, Frixia, Pirgo, Épion e Nudion. Contudo, a natureza desses avanços ainda é debatida. A maior parte da bibliografia pensa que eles correspondiam a esforços expansionistas (Nielsen 1995: 88; Roy 1997: 282; Ruggeri 2004: 15; Thommen 2013: 336) ou a tentativas de debelar uma revolta local (Bourke 2018: 79-80, 111).

29 Sobre a fundação de Pisa, ver Giangiulio (2009), Koiv (2013) e Bourke (2018: 58-62).

a continuar o pagamento, algo devido à retomada da guerra contra os atenienses. Os eleios tentam forçar os lepreatas a manter o compromisso, o que os impele a apelar a Esparta (Thuc. 5.31.3). Nesse momento, temos de um lado os lacedemônios decidindo que a pólis era independente, e por isso estava sendo injustiçada (5.31.4), e do outro os eleios afirmando que os espartanos haviam acolhido uma pólis *sua*, que havia “desertado” (5.31.5). Considerando o que nos é dito sobre o “tributo” pago pelos lepreatas ao santuário de Zeus em Olímpia, não há nada que indique que esse representava uma *submissão* a Élis (*contra* Kiechle 1960: 342). Se havia uma conexão política entre Élis e Lêpreon, essa deve ter tomado a forma de uma aliança (cf. Nielsen 1996: 76, 1997: 141), mas uma que não envolvia, necessariamente, uma submissão política análoga a dos periecos lacedemônios³⁰. Sendo assim, o único “tributo” relacionado a Élis no Período Clássico não provinha de uma pólis perieca, não era pago a Élis (ao menos não diretamente) e não derivava de uma conquista militar por parte dos eleios. Ou seja, os indícios existentes de que havia algum tipo de exploração econômica na relação entre Élis e seus periecos não são muito sólidos.

Por fim, em relação à cultura dos periecos de Élis, é provável que existissem identidades locais que ganharam maior expressão a partir do final da Guerra Eleia. De início, vale notar que o próprio gentílico “eleios” (*waleioi*, no dialeto local) tem em sua raiz o termo *walis*, “vale”. Isso, por si só, seria um indício de que o *ethnos* dos eleios separava “os do vale”

30 Há quem defenda que aliados e periecos fossem iguais aos olhos eleios, todos incluídos em uma única liga (*symmakhía*) sob o comando de Élis (cf. Nielsen 1997: 140-141), por meio de campanhas militares ou de tratados como o de Lêpreon (e.g. Roy 1997: 292-293). Entretanto, essa afirmação se baseia na menção dos eleios e de uma *symmakhía* em uma inscrição de Olímpia, datada do último quartel do século VI (Minon 2007: no. 5). O problema é que nada indica que essa *symmakhía* (se permaneceu a mesma) era composta (também ou unicamente) pelas comunidades consideradas periecas (cf. Bourke 2018: 162-163). Ou seja, a ideia de que havia uma liga comandada por Élis e que ela era composta exclusivamente por periecos é uma especulação, e o reconhecimento disso torna concebível que Élis tivesse aliados, e não apenas periecos.

(i.e. os habitantes dos vales dos rios Peneu e Alfeu) das outras comunidades ao seu redor – possivelmente como uma oposição aos acreios (*akroreioi*), “os do alto”, que viviam na região de colinas entre os vales do Peneu e Alfeu e que chegava até o sopé do monte Erimanto, na fronteira com a Arcádia³¹. Essa identidade “exclusiva” dos eleios tem reverberações significativas na incapacidade de Élis de manter o controle sobre as pólis dependentes dela: a partir do final da Guerra Eleia, é significativo o modo como as comunidades vizinhas de Élis usam toda oportunidade de fundar pólis independentes, com a ajuda de Esparta ou dos arcádios³². Há, de fato, indícios de que Élis usou ferramentas como seu controle de Olímpia para consolidar sua relação com as pólis que provavelmente eram suas periecas, mas é inegável que isso não foi suficiente para construir “ao seu redor uma comunidade de corações e mentes” (Parker 2009: 196, ver 195-198), uma identidade que freasse ímpetos separatistas quando esses se tornassem uma opção. Isso contrasta com o caso espartano, no qual, como vimos, mesmo após a invasão da Lacônia e libertação da Messênia, muitas comunidades periecas permanecem lacedemônias até o século II.

Sendo assim, é possível notar, em primeiro lugar, que Élis parece ter se assemelhado a Esparta no sentido de não explorar seus periecos por meios diretos. Na verdade, é difícil entender que vantagem a manutenção de controle sobre comunidades periecas trazia a Élis. James Roy (1997: 292-294), baseando-se principalmente em fontes que mencionam uma “aliança” (*symmakhía*), sugere que os periecos (considerando que estes e os aliados são os mesmos) cumpriam a função de fornecer auxílio militar a Élis³³.

31 Ver Bourke (2018: 17-18) com bibliografia.

32 Roy (2009a). Ver nota 26 *supra* (Pisátis), Nielsen (1997), Ruggeri (2009) (Trifília), Siewert (1987-1988) e Ruggeri (2004: 144-161) (Acroreia).

33 Ver referências na nota 26 *supra*. Ver também Minon (2007: no. 10, 14).

Entretanto, ele também admite que as cidades por ele consideradas periecas não foram utilizadas na defesa da própria Élis em contextos de invasão, ainda que algumas delas fossem fortificadas³⁴.

Nesse sentido, podemos apenas supor que o controle de periecos e/ou aliados fornecia ao menos um controle regional a Élis (cf. Roy 2009b: 81), mas é difícil ainda definir outros privilégios advindos disso. Uma diferença mais acentuada entre eleios e espartanos está na justificativa mais sólida dos primeiros para a manutenção do controle sobre seus periecos. Temos, mais especificamente, a conquista militar somada à manutenção de uma identidade aparentemente exclusiva. Isso provavelmente constituiu um quadro com diferenças hierárquicas mais marcadas, além de menos suavizadas por discursos de pertencimento étnico – não constituindo, assim, um coletivo que não fosse político. Isso, entretanto, produziu um efeito bastante contrastante com o caso lacedemônio: vê-se uma propensão muito maior dos prováveis periecos eleios em se desligar de Élis quando houvesse oportunidade, algo que fica claro no curso do século IV.

Tessália: periecos e tessálios

O espaço ao qual se costuma referir como “Tessália”, em um sentido mais estrito, corresponde às planícies tessálias – os c. 6.200 km² que cercam o rio Peneu e seus tributários e cessam nos sopés dos montes Olimpo, Ossa e Pélion, ao nordeste; Ótris, ao sul; e Pindo, ao oeste. Essa região foi dividida, provavelmente em algum momento do século VI, em quatro tétradas (Ftiótia, Tessaliótia, Hestieótia e Pelasgiótia). As cidades que as povoavam,

ainda que mantivessem sua autonomia política, permaneceram sob algum tipo de estrutura governamental regional que ainda é difícil definir em detalhes³⁵.

As cidades tessálias também parecem ter exercido algum tipo de poder hegemônico sobre as comunidades das regiões montanhosas ao norte (Perráibia), leste (Magnésia) e sul (Ftiótia Aqueia) (Fig. 3). São essas as regiões provavelmente entendidas pelos antigos como pertencentes aos periecos dos tessálios³⁶ – na verdade, apenas Xenofonte (*Hell.* 6.1.19) os chama de periecos e há quem argumente que essa caracterização era topográfica e não política³⁷, i.e., que ela se referia a “vizinhos” e não a comunidades dependentes. Entretanto, os habitantes dessas regiões também foram referidos pelos termos *hypekooi* (e.g. Thuc. 2.101.2) – esse também usado para se referir aos súditos do grande rei da Pérsia – quanto como *symakhoi*, “aliados” (e.g. Hdt. 8.27.2) dos tessálios. Essa polissemia, como vimos, não é exclusiva da Tessália, uma vez que a própria ideia de “perieco” é bem flexível em seus traços específicos. De qualquer forma, a sugestão de Sprawski (2009: 136) me parece a mais adequada para caracterizar a relação entre tessálios e periecos: havia entre esses grupos um tipo de aliança hegemônica, no qual perráibios, magnésios e aqueus ftiótios seguiam a política externa tessália, ou porque compartilhavam interesses, ou porque não tinham força e condições de, por si mesmos, fazer frente aos recursos abundantes dos tessálios. Esse quadro obviamente tinha flutuações, com a entrada ou saída de outros agentes no quando político da Grécia central e meridional que podiam, eventualmente, oferecer oportunidades de alianças melhores que os tessálios. Tudo indica que esse *status quo* manteve alguma regularidade desde

34 Roy (1997: 294-295). Ver também Bourke (2018: 161-163). Isso contrasta com o exemplo lacedemônio: na invasão da Lacônia em 370-369, Esparta estaciona Iscolau, um comandante esparciata, em Oion, uma vila que ficava no caminho dos invasores. Ele decide permanecer no local, em uma posição estrategicamente menos vantajosa, para forçar os habitantes da vila (que nem parece ter sido fortificada) a combater os invasores (Xen. *Hell.* 6.5.25-26).

35 Ver Arist. (fr. 497 Rose), Helânico de Lesbos (FGrH 601a F 1), Gschnitzer (1954) e Helly (1995: 54-55, 163-167, 170-175).

36 Ver Sprawski (2009: n. 1) com bibliografia.

37 Shipley (1997: 197) e Sprawski (2009: 135).

pelo menos o final do século VI até o final do Período Clássico³⁸, quando é possível dizer que inexistia uma estrutura ou uma justificativa política que unisse tessálios e periecos em uma mesma pólis-Estado – assim como no caso espartano.

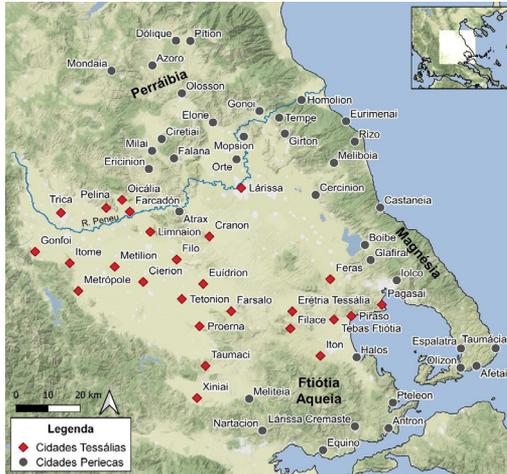


Fig. 3. Cidades tessálias e periecas da Perráibia, Magnésia e Ftiótia Aqueia.

Fonte: elaborada pelo autor.

A ausência de algum tipo de unidade política estável entre tessálios e periecos não impediu, entretanto, que os dois grupos mantivessem algum nível de proximidade cultural, por mais que essa variasse de região para região e no tempo. Na Perráibia, por exemplo, são usados nomes mais comuns na Macedônia do que em outras cidades gregas (Hatzopoulos 2000: 116-117). Além disso, há vários indícios de que os perráibios mantinham uma consciência étnica própria, separada de tessálios e macedônios, cunhando moedas com seu étnico já no século V e aparentemente formando um *koinon* próprio no segundo quartel do século IV (Canlas 2017: 467). Em relação à Magnésia, o que sabemos sobre as divindades cultuadas na

região da península magnésia durante o Período Clássico sugere que várias delas advinham de um “pano de fundo tessálio” (ver Kravaritou 2011: 117-120). Ao mesmo tempo, fontes escritas dos períodos Arcaico e Clássico descrevem conexões mitológicas e compartilhamento de práticas religiosas entre magnésios e macedônios³⁹. Sobre a Ftiótia Aqueia, é possível perceber, nos períodos Arcaico e Clássico, uma identidade regional específica, mas que também era negociada – inclusive em favor de uma aproximação com a Tessália – em momentos de tensão política e social (Haagsma, Surtees & Chykerda 2019). Ou seja, em todas as regiões periecas da Tessália parece ter havido algum nível de aproximação e distanciamento entre a cultura (em um sentido bastante amplo) local e a tessália, sem compor necessariamente uma unidade étnico-cultural observável.

Ainda assim, o mais impressionante do quadro tessálio é que esse arranjo, talvez o mais flexível dos aqui descritos, sem bases políticas ou culturais sólidas, é o único que produziu indícios de exploração econômica dos periecos. Jasão de Feras, no século IV (Xen. *Hell.* 6.1.19), dá início às suas empreitadas hegemônicas justamente com uma cobrança de tributos dos periecos, algo que ele interessadamente justifica como uma instituição estabelecida no século VI por Escopas, mas abandonada com o tempo⁴⁰. Não sabemos se essa justificativa se baseia em fatos históricos, mas ela aparentemente tinha algum poder discursivo no século IV. Então, pode-se dizer que, ao menos para alguns, ela era plausível (ver Helly 1995: 183-184, 186-187). De qualquer forma, Estrabão (9.5.19) ainda afirma que a Perráibia pagava tributos aos lárissos até meados do século IV, quando Filipe II da Macedônia toma o controle da região. Ainda que aceitemos

39 E.g. [Hes.] fr. 7 M-W para Magnes, epônimo dos magnésios, como irmão de Macedo, epônimo dos macedônios – comparar com fr. 256 M-W, onde Magnes é descendente de Feras, epônimo da pólis tessália de Feras. Xen. (*Anab.* 6.1.7) com Hesíquio s.v. *καρπαία* sobre a dança *karpaia*.

40 Ver Helly (1995: 183-184, 186-187).

38 Sobre a hegemonia regional tessálio no século VI, ver Lehmann (1987). O controle da Tessália e das regiões vizinhas se alterna entre os macedônios e a Liga Etólia a partir de Filipe II (ver Graninger 2011: 23-27).

acriticamente essa informação, isso não significa que a Perráibia ficou sob o controle de Lárissa ou que lhe pagou tributos desde muito tempo (Graninger 2011: 17).

Dessa forma, os arranjos entre tessálios, espartanos e seus respectivos periecos parecem ter se assemelhado na ausência de uma estrutura ou justificativa política única que enquadrasse a dependência dos últimos em relação aos primeiros. Entretanto, é impressionante que, no caso tessálio, aparentemente nada dava ímpeto à criação ou mesmo a uma tentativa de criação de uma noção de coletividade que justificasse a exploração econômica dos periecos. Talvez fosse justamente por essa distância mantida entre tessálios e periecos que a cobrança de tributos era algo possível: nesse contexto, o tributo não seria contraditório, pois não se estaria explorando um membro de uma mesma comunidade (fosse ela política ou étnica). Também talvez por essa distância que a possibilidade de se cobrar tributos fosse efêmera – a mudança do quadro político regional podia mudar as alianças periecas e, assim, a viabilidade da exploração.

Conclusão

Levando em conta a relação mantida entre Esparta, Élis e as pólis tessálias com seus respectivos periecos, é possível chegar a duas conclusões principais. A primeira delas, que mais nos ajuda a avaliar o caso da “pólis da Lacedemônia”, é que em nenhum dos casos

supracitados é necessário (ou mesmo útil) presumir a existência de uma pólis-Estado, que unisse habitantes do “centro” e seus vizinhos dependentes em um Estado coeso. A segunda conclusão é que a relação de uma pólis com seus periecos não assumia traços (estatais) idênticos em contextos diferentes, mas respondia a vários fatores históricos, sociais e políticos dos grupos envolvidos.

A soma de Esparta e das comunidades periecas da Lacônia e da Messênia compunha uma comunidade politicamente muito menos rígida do que se tende a pensar, com um centro que dedicava algum esforço à composição de uma unidade étnico-cultural e pouco à exploração direta dos periecos. Na Élide a formação da identidade eleia pode ter impedido uma aproximação cultural com os periecos da Acroreia e Trifília, assim como a narrativa de sua conquista militar. Esses fatores provavelmente dificultaram uma exploração consistente da dependência perieca, ou mesmo a construção de algum tipo de comunidade mais resistente a crises políticas. Na Tessália, há uma plasticidade ainda maior na relação política e cultural com perráibios, magnésios e aqueus ftiótios. Isso, por sua vez, ainda que abrisse espaço para uma exploração mais direta dos periecos, também limitava a efetividade dessa exploração. Tais níveis de relações, superiores às pólis (cidades-Estado), se ignorados ou simplesmente podados para se encaixarem em protótipos de Estados modernos, perdem muito de sua capacidade explicativa, de fenômenos superiores ou inferiores às comunidades envolvidas.

BERNARDO, G. The relationship of Sparta, Elis and the Thessalian *poleis* with their *perioikoi* and the problem of the “Lacedaemonian *polis*”. R. Museu Arq. Etn. 38: 71-90 2022.

Abstract: It can be said that since at least the second half of the 19th century, the *polis* has been the basic unit of analysis in ancient Greece history. But in many cases the attempt to adapt the Greek *polis* to prototypical city-states of the modern state produced long-lasting resonances that even today frame our understanding of the socio-political relations between various groups that composed the *polis*. Hence, this paper shows how the roots of this *polis*-based historiography engendered a misunderstanding of the relationship between Sparta and the *perioikoi* communities of Laconia and Messenia during the Classical Period, by comparing this relationship with that held by other *poleis*

with their respective *perioikoi* – specifically Elis and the Thessalian *poleis*. Instead of a unified and functioning State analogous to its modern version, the sum of Sparta and its neighbours formed a political community that was politically much less hierarchical and rigid than one tends to think. This, in turn, allows us to bring Sparta closer to analogous phenomena contemporary to it, the same ones that, despite their respective specificities, still point to the lack of a *polis*-state that encompassed citizens of a central city and its *perioikoi*.

Keywords: Sparta, Elis, Thessaly, *Perioikoi*, *Polis*

Referências bibliográficas

- Assumpção, L.F.B. de O. 2014. *Discurso e representação sobre as práticas rituais dos espartiatas e dos seus basileus na lacedemônia do século V a.C.* Dissertação de mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Assumpção, L.F.B. de O. 2015. A hegemonia política dos espartanos e formas de violência simbólica com os periecos e hilotas na Lacedemônia, do Período Clássico. *Revista Digital Simonsen* 1: 78-100.
- Bourke, G. 2018. *Elis: internal politics and external policy in Ancient Greece*. Routledge, London.
- Canlas, G. 2017. Negotiating identities: material expressions of cult in Perrhaibia. In: Rupp, D.W.; Tomlinson, J. E. (Eds.). *From maple to olive: proceedings of a colloquium to celebrate the 40th anniversary of the Canadian Institute in Greece, Athens, 10-11 June 2016*. Canadian Institute in Greece, Atenas, 461-484.
- Cartledge, P. 1987. *Agesilaus and the crisis of Sparta*. Johns Hopkins University Press, Baltimore.
- Cartledge, P. 2002. *Sparta and Lakonia: a regional history 1300-362 BC*. Routledge, London.
- Cartledge, P. 2012. *Perioikoi*. In: Hornblower, S.; Spawforth, A.; Eidinow, E. (Eds.). *The Oxford Classical Dictionary*. Oxford University Press, Oxford, 1107-1108.
- Cavaignac, E. 1948. *Sparte*. Librairie Arthème Fayard, Paris.
- Chrimes, K.M.T. 1949. *Ancient Sparta: a re-examination of the evidence*. Manchester University Press, Manchester.
- Christesen, P. 2018. The typology and topography of Spartan burials from the protogeometric to the Hellenistic Period: rethinking Spartan exceptionalism and the ostensible cessation of adult intramural burials in the Greek World. *Annual of the British School at Athens* 113: 307-363.
- Christesen, P. 2021. Hedorotus 9.85 and Spartiate burial customs. *Classica et Mediaevalia* 69: 1-72.
- Christien, J. 1989. Les liaisons entre Sparte et son Territoire malgré l'encadrement montagneux. In: Bergier, J.-F. (Ed.). *Montagnes, fleuves, forêts dans l'histoire: barrières ou lignes de convergence?* Scriptae Mercaturae Verlag, St. Katarinen, 17-44.
- Christien, J. 2006. The Lacedaemonian State: fortifications, frontiers and historical problems. In: Hodkinson, S.; Powell, A. (Eds.). *Sparta & war*. Classical Press of Wales, Swansea, 163-183.
- Diodorus Siculus. 1954. *Library of history*. Harvard University Press, Cambridge, (MA) vol. 6.
- Ducat, J. 2010. The ghost of the Lacedaemonian State. In: Powell, A.; Hodkinson, S. (Eds.). *Sparta: The Body Politic*. Classical Press of Wales, Swansea, 183-210.
- Ducat, J. 2018. *Perioikoi*. In: Powell, A. (Ed.). *A companion to Sparta*. Wiley Blackwell, Hoboken, 596-614.

- Ehrenberg, V. 1924. *Spartiaten und Lakedaimonier*. *Hermes* 59: 23-73.
- Figueira, T.J. 2018. Helotage and Spartan economy. In: Powell, A. (Ed.). *A companion to Sparta*. Wiley Blackwell, Hoboken, 565-595.
- Forrest, W.G. 1968. *A history of Sparta, 950-192 BC*. W. W. Norton & Company, London.
- Forster, E. 1903-1904. South-Western Laconia: inscriptions. *Annual of the British School at Athens* 10: 167-189.
- Fustel de Coulanges, N.D. 2009. *A cidade antiga*. Martin Claret, São Paulo.
- Gallego, J. 2005. The Lakedaimonian Perioikoi: military subordination and cultural dependence. In: Anastasiadis, V.; Doukellis, P.N. (Eds.). *Esclavage antique et discriminations socio-culturelles*. Peter Lang, Berna, 33-58.
- Giangiulio, M. 2009. The emergence of Pisatis. In: Funke, P.; Luraghi, N. (Eds.). *The politics of ethnicity and the crisis of the Peloponnesian League*. Harvard University Press, Cambridge (MA), 65-85.
- Glötz, G. 1938. *Histoire grecque*. Presses Universitaires de France, Paris, vol. 1.
- Graninger, D. 2011. *Cult and koinon in Hellenistic Thessaly*. Brill, Leiden.
- Gschnitzer, F. 1954. Namen und Wesen der thessalischen Tetraden”. *Hermes* 82: 451-464.
- Gschnitzer, F. 1958. *Abhängige Orte im griechischen Altertum*. Beck, Munique.
- Guintrand, M. 2016. Les fortifications dans le système défensif lacédémonien à l’époque classique. In: Frederiksen, R. et al. (Eds.). *Focus on fortifications: new research on fortifications in the ancient Mediterranean and the Near East*. Oxbow Books, Oxford, 435-445.
- Guintrand, M. 2017. *Sparte et la defense du Péloponnèse meridional du milieu du VIe Siècle au milieu du IIe siecle av. J.C*. Tese de Doutorado. Université d’Avignon et des Pays de Vaucluse, Avignon, vol. 1.
- Haagsma, M.J.; Surtees, L.; Chykerda C.M. 2019. Ethnic constructs from inside and out: external policy and the ethnos of Achaia Phthiotis. In: Beck, H.; Buraselis, K.; McAuley, A. (Eds.). *Ethnos and Koinon: studies in Ancient Greek ethnicity and federalism*. Franz Steiner Verlag, Stuttgart, 285-319.
- Hall, J.M. 2000. Sparta, Lakedaimon and the nature of Perioikic dependency. In: Flensted-Jensen, P. (Ed.). *Further studies in the Ancient Greek Poleis*. Franz Steiner Verlag, Stuttgart, 73-89.
- Hampl, F. 1937. Die lakedämonischen Periöken. *Hermes* 72: 1-49.
- Hansen, M.H. 2006. *Polis: an introduction to the Ancient Greek city-state*. Oxford University Press, Oxford.
- Hatzopoulos, M. 2000. “L’Histoire par les Noms” in Macedonia. In: Hornblower, S.; Matthews, E. (Eds.). *Greek personal names: their value as evidence*. Oxford University Press, Oxford, 99-117.
- Hawkins, C. 2011. Spartans and Perioikoi: the organization and ideology of the Lakedaimonian Army in the fourth century B.C.E. *Greek, Roman, and Byzantine Studies* 51: 401-434.
- Helly, B. 1995. *L’État thessalien: Aleuas le Roux, les tetrades et les Tagoi*. Maison de l’Orient et de la Méditerranée, Lyon.
- Herodotus. 1921. *The Persian wars*. Harvard University Press, Cambridge (MA), vol. 2.
- Herodotus. 1922. *The Persian wars*. Harvard University Press, Cambridge (MA), vol. 3.
- Hodkinson, S. 2009. Was Sparta an exceptional polis? In: Hodkinson, S. (Ed.) *Sparta: comparative approaches*. Classical Press of Wales, Swansea, 417-472.
- Hodkinson, S. 2015. Transforming Sparta: new approaches to the study of Spartan Society.

- In: Beness, J.L. (Ed.). *Ancient history: resources for teachers*. Macquarie Ancient History Association, Sydney, 1-45.
- Homer. 1919. *Odyssey*. Harvard University Press, Cambridge (MA), vol. 1-2.
- Homer. 1924. *Iliad*. Harvard University Press, Cambridge (MA), vol. 1.
- Huxley, G.L. 1962. *Early Sparta*. Faber and Faber, London.
- Isocrates. 1919. *On the Peace. Areopagiticus. Against the Sophists. Antidosis. Panathenaicus*. Harvard University Press, Cambridge (MA).
- Jacoby, F. 1986. *Die Fragmente der griechischen Historiker*. Brill, Leiden, vol. 2A.
- Jacoby, F. 1993. *Die Fragmente der griechischen Historiker*. Brill, Leiden, vol. 3B.
- Kahrstedt, U. 1922. *Griechisches Staatsrecht: Sparta und seine Symmachie*. Vandenhoeck and Ruprecht, Göttingen.
- Kennell, N.M. 1999. From Perioikoi to Poleis: the Laconian cities in the Late Hellenistic Period. In: Hodkinson, S.; Powell, A. (Eds.). *Sparta: new perspectives*. Duckworth, London, 189-210.
- Kennell, N.M. 2010. *Spartans: a new history*. Wiley-Blackwell, Malden.
- Kiechle, F. 1960. Das Verhältnis von Elis, Triphylien und der Pisatis im Spiegel der Dialektunterschiede. *Rheinisches Museum für Philologie* 103: 336-366.
- Koiv, M. 2003. *Ancient tradition and early Greek history: the origins of states in early-archaic Sparta, Argos and Corinth*. Avita, Tallinn.
- Koiv, M. 2013. Early history of Elis and Pisa: invented or evolving traditions? *Klio* 95: 15-68.
- Kravaritou, S. 2011. Synoecism and religious interface in Demetrias (Thessaly). *Kernos* 24: 111-135.
- Larsen, J.A.O. 1937. Περίοικοι (Perioikoi). In: Wissowa, G.; Kroll, W.; Mittelhaus, K. (Eds.). *Paulys Realencyclopädie der classischen Altertumswissenschaft*. J. B. Metzlersche Verlagsbuchhandlung, Stuttgart, 816-833.
- Larsen, J.A.O. 1970. Perioikoi. In: Hammond, N.G.L.; SCULLARD, H.H. (Eds.). *The Oxford Classical Dictionary*. Oxford University Press, Oxford, 801.
- Lehmann, G.A. 1987. Thessaliens Hegemonie über Mittelgriechenland im 6. Jh. v. Chr. *Boreas* 6: 35-43.
- Lévy, E. 2003. *Sparte: histoire politique et sociale jusqu'à la conquête romaine*. Seuil, Paris.
- Link, S. 1994. *Der Kosmos Sparta: Recht und Sitte in klassischer Zeit*. Wissenschaftliche Buchgesellschaft, Darmstadt.
- Low, P. 2006. Commemorating the Spartan War-Dead. In: Hodkinson, S.; Powell, A. (Eds.). *Sparta & war*. Classical Press of Wales, Swansea, 85-110.
- Luraghi, N. 2003. The imaginary conquest of the Helots. In: Luraghi, N.; Alcock, S.E. (Eds.). *Helots and their masters in Laconia and Messenia: histories, ideologies, structures*. Harvard University Press, Cambridge (MA), 109-142.
- Luraghi, N. 2008. *The ancient Messenians: constructions of ethnicity and memory*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Maddowell, D.M. 1986. *Spartan law*. Scottish Classical Studies, Edinburgh.
- Merkelbach, R.; West, M.L. 1967. *Fragmenta hesiodea*. Clarendon Press, Oxford.
- Michell, H. 1952. *Sparta*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Minon, S. 2007. *Les inscriptions éléennes dialectales (VIe-IIe siècle avant J.-C.)*. Droz, Geneva, vol. I.
- Neumann, K.J. 1906. Die Entstehung des spartiatischen Staates in der lykurgischen Verfassung. *Historische Zeitschrift* 96: 1-80.

- Nielsen, T.H. 1995. Was Eutaia a polis? A note on Xenophon's use of the term polis in the Hellenika. In: Hansen, M.H.; Raafaub, K. (Eds.). *Studies in the Ancient Greek Polis*. Franz Steiner Verlag, Stuttgart, 83-102.
- Nielsen, T.H. 1996. A Survey of dependent poleis in Arkadia. In: Hansen, M.H.; Raafaub, K. (Eds.). *More studies in the Ancient Greek polis*. Franz Steiner Verlag, Stuttgart, 63-105.
- Nielsen, T.H. 1997. Triphylia: an experiment in ethnic construction and political organisation. In: Nielsen, T.H. (Ed.). *Yet more studies in the Ancient Greek polis*. Franz Steiner Verlag, Stuttgart, 128-162.
- Niese, B. 1906. Neue Beiträge zur Geschichte und Landeskunde Lakedämons: die lakedämonischen Periöken. *Nachrichten von der königlichen Gesellschaft der Wissenschaften zu Göttingen* 2: 101-142.
- Niese, B. 1910. Drei Kapitel eleischer Geschichte. In: Robert, C. *Genethliakon*. Weidmannsche Buchhandlung, Berlin, 3-47.
- Oliva, P. 1971. *Sparta and her social problems*. Hakkert, Indianapolis.
- Pareti, L. 1920. *Storia di Sparta arcaica*. Felice le Monnier, Florenza, parte 1.
- Parker, R. 1989. Spartan religion. In: Powell, A. (Ed.). *Classical Sparta: techniques behind her success*. Routledge, London, 142-172.
- Parker, R. 2009. Subjection, synoecism and religious life. In: Funke, P.; Luraghi, N. (Eds.). *The politics of ethnicity and the crisis of the Peloponnesian League*. Harvard University Press, Cambridge (MA), 183-214.
- Pausanias. 1926. *Description of Greece*. Harvard University Press, Cambridge (MA), vol. 2.
- Pavlidis, N. 2018. The sanctuaries of Apollo Maleatas and Apollo Tyritas in Laconia: religion in Spartan-Perioikic relations. *Annual of the British School at Athens* 112: 1-27.
- Pavlidis, N. 2020. Non-Spartans in the Lakedaimonian Army: the evidence from Laconia. *Historia* 69: 154-184.
- Pindar. 1997. *Olympian odes. Pythian odes*. Harvard University Press, Cambridge (MA).
- Ribeiro, M.C.L. 2017. Esparta *Katà Kómas*: organização espacial do território (VIII-V a.C.). In: *Atas Congresso Histórico Internacional "As cidades na história"*, 2017, Guimarães.
- Ribeiro, M.C.L. 2019. Esparciatas e periecos: identidade comum em torno do culto a Apolo. In: Mota, A.J.; Campos, C.E. da C. (Orgs.). *Sistemas de crenças, mitos e rituais na antiguidade*. Desalinho, São João de Meriti, 117-144.
- Richer, N. 1998. *Les Ephores: études sur l'histoire et sur l'image de Sparte (VIIIe-IIIe Siècles avant Jésus-Christ)*. Publications de la Sorbonne, Paris.
- Ridley, R.T. 1974. The economic activities of the Perioikoi. *Mnemosyne* 27: 283-292.
- Ritschelio, F. 1864. *Hesychii Alexandrini lexicon*. Typis Maukij, Ienae.
- Rose, V. 1886. *Aristotelis qui ferebantur librorum fragmenta*. Teubneri, Lipsiae.
- Roy, J. 1997. The Perioikoi of Élis. In: Hansen, M.H. (Ed.). *The polis as an urban centre and as a political community*. Kongelige Danske Videnskaberne Selskab; Munksgaard, Copenhagen, 282-320.
- Roy, J. 2002. The synoikism of Elis. In: Nielsen, T.H. (Ed.). *Even more studies in the Ancient Greek polis*. Franz Steiner Verlag, Stuttgart, 249-264.
- Roy, J. 2009a. Elis. In: Funke, P.; Luraghi, N. (Eds.). *The politics of ethnicity and the crisis of the Peloponnesian League*. Harvard University Press, Cambridge (MA), 30-48.
- Roy, J. 2009b. Hegemonial structures in late archaic and early classical Elis and Sparta. In: Hodkinson,

- S. (Ed.). *Sparta: comparative approaches*. Classical Press of Wales, Swansea, 69-88.
- Ruggeri, C. 2004. *Gli stati intorno a Olimpia: storia e costituzione dell'Elide e degli stati formati dai Perieci Elei (400-362 a.C.)*. Franz Steiner Verlag, Stuttgart.
- Ruggeri, C. 2009. Triphylia from Elis to Arcadia. In: Funke, P.; Luraghi, N. (Eds.). *The politics of ethnicity and the crisis of the Peloponnesian League*. Harvard University Press, Cambridge (MA), 49-64.
- Salapata, G. 2014. *Heroic offerings: the terracotta plaques from the Spartan sanctuary of Agamemnon and Cassandra*. University of Michigan Press, Ann Arbor.
- Sekunda, N. 2009. IG V.1 1124: the dead of Geronthrai fallen at Mantinea. In: Cavanagh, H.; Cavanagh, W.; Roy, J. (Eds.). *Honouring the dead in the Peloponnese*. Centre for Spartan and Peloponnesian Studies, Nottingham, 719-724.
- Shiple, G. 1992. Perioikos: the discovery of classical Lakonia. In: Sanders, J. M. (Ed.). *Φιλολόγων: Lakonian studies in honour of Hector Catling*. British School at Athens, Oxford, 211-226.
- Shiple, G. 1997. "The other Lakedaimonians": the dependent Perioikic poleis of Laconia and Messenia. In: Hansen, M.H. (Ed.). *The polis as an urban centre and as a political community*. Kongelige Danske Videnskaberne Selskab; Munksgaard, Copenhagen, 189-281.
- Shiple, G. 2004. Lakedaimon. In: Hansen, M.H.; Nielsen, T.H. (Eds.). *An inventory of archaic and classical Poleis*. Oxford University Press, Oxford, 569-599.
- Shiple, G. 2006. Sparta and its Perioikic neighbours: a century of reassessment. *Hermathena* 181: 51-82.
- Siewert, P. 1987-1988. Triphylia und Akroreia. Spartanische „Regionalstaaten“ in der westlichen Peloponnes. *Πελοποννησιακά* 13: 7-12.
- Siewert, P. 1994. Symmachien in neuen Inschriften von Olympia: zu den sogenannten Periöken der Eleer. In: Aigner-Foresti, L. et al. (Eds.). *Federazioni e federalismo nell'Europa antica I*. Vita e Pensiero, Milano, 257-264.
- Sprawski, S. 2009. Thessalians and their neighbours in the Classical Period. In: *1^o Διεθνές Συνέδριο Ιστορίας & Πολιτισμού της Θεσσαλίας*, 2009, Περιφέρεια Θεσσαλίας, Tessalónica, 131-137.
- Strabo. 1927. *Geography*. Harvard University Press, Cambridge (MA), vol. 4.
- Thommen, L. 1996. *Lakedaimonion Politeia: die Entstehung der spartanischen Verfassung*. Franz Steiner Verlag, Stuttgart.
- Thommen, L. 2013. Spartas Verhältnis zu Elis und Olympia. In: Birgalias, N. et al. (Eds.). *War: peace and panhellenic games*. Kardamitsa, Atenas, 329-344.
- Thucydides. 1919. *History of the Peloponnesian War*. Harvard University Press, Cambridge (MA), vol. 1.
- Thucydides. 1920. *History of the Peloponnesian War*. Harvard University Press, Cambridge (MA), vol. 2.
- Thucydides. 1921. *History of the Peloponnesian War*. Harvard University Press, Cambridge (MA), vol. 3.
- Thucydides. 1923. *History of the Peloponnesian War*. Harvard University Press, Cambridge (MA), vol. 4.
- Villafane, C. 2018. Go tell the... Lacedaemonians? Sparta's reliance on the *Perioikoi* during times of conflict. In: Brouma, V.; Heydon, K. (Eds.). *Conflict in the Peloponnese: social, military and intellectual*. Centre for Spartan and Peloponnesian Studies, Nottingham, 133-149.
- Vlassopoulos, K. 2007. *Unthinking the Greek polis: Ancient Greek history beyond eurocentrism*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Wallner, B. 2008. *Die Perioiken im Staat Lakedaimon*. Verlag Dr. Kovac, Hamburg.

A relação de Esparta, Élis e das pólis tessálias com seus periecos e o problema da “pólis Lacedemônia”
R. Museu Arq. Etn., 38: 71-90, 2022.

Wilcken, U. 1973. *Griechische Geschichte im Rahmen der Altertumsgeschichte*. R. Oldenbourg Verlag, München.

Xenophon. 1918. *Hellenica*. Harvard University Press, Cambridge (MA), vol. 1.

Xenophon. 1921. *Hellenica*. Harvard University Press, Cambridge (MA), vol. 2.

Xenophon. 1998. *Anabasis*. Harvard University Press, Cambridge (MA).